

## Conflitos socioambientais por acesso à água no território do sertão do Pajeú pernambucano

FABRIÍCIA GOMES DE LUCENA\*

**RESUMO:** Este texto tem como objetivo apresentar os conflitos socioambientais por acesso à água no município de São José do Egito, no sertão do Pajeú pernambucano. Adotou-se a perspectiva sócio-histórica na tentativa de superar os reducionismos das concepções empíricas e idealistas ao captar as contradições presentes nas representações, acerca dos conflitos existentes por água no território e entendendo que o espaço é tido como um processo histórico. Para a concretização do estudo, além de outros instrumentos, foram realizadas entrevistas com agricultores e agricultoras rurais, com base no estudo de caso, cuja finalidade foi analisar as representações entre os sujeitos sociais, seus processos de identidade com o território, as características da produção agrícola, bem como a identificação dos conflitos por acesso à água. O que se verifica é que os conflitos socioambientais por acesso à água possuem determinações baseadas nas relações de poder historicamente naturalizadas na política e economia local. Estas relações se re-atualizam, sobretudo em períodos de estiagens prolongadas a partir das políticas e programas redistributivos, ficando para um segundo plano, a questão estrutural da realidade que é a ineficiência e ineficácia de políticas hídricas para o município, em específico, para as suas áreas rurais.

**Palavras-chave:** Territorialidade; Recursos Hídricos; Agricultura Familiar; Relações Sociais.

**Abstract:** This text aims to present environmental conflicts for access to water in the municipality of Saint Joseph of Egypt, in the semiarid of Pernambuco in Pajeú region. We adopted the socio-historical perspective in an attempt to overcome the reductionism of the empirical and idealistic concepts to capture the contradictions present in the representations about the existing of water conflicts in the territory and understanding that space is taken as a historical process. In carrying out the study, and other instruments, interviews were conducted with rural farmers, based on the case study, whose purpose was to analyze the representations of the social subjects, their identity processes with the territory, the production features agricultural as well as the identification of conflicts water access. What is happening is that the socio-environmental conflicts have access to water based determinations in power relations historically naturalized in politics and local economy. These relations are re-updated, especially during periods of prolonged droughts from redistributive policies and programs, getting into the background, the structural issue of reality that is the inefficiency and ineffectiveness of water policies for the municipality, in particular, for its rural areas.

**Key words:** Territoriality; Water Resources; Family Agriculture; Social Relations.



\* FABRIÍCIA GOMES DE LUCENA é mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da UFPE. Estudante membro da Rede Waterlat – Rede de Estudos Internacionais sobre Água.

## Introdução

A região do semiárido brasileiro é uma das mais chuvosas do planeta. De acordo com MONTENEGRO (et al., 2012), esta região possui uma precipitação média anual de até 750 mm, variando entre algumas áreas. No entanto, a evapotranspiração média atinge 2.500 mm ao ano, o que ocasiona elevados déficits hídricos. Algumas de suas áreas geralmente denominadas de ‘Polígono das Secas’ são caracterizadas pela “distribuição irregular de precipitações no tempo, solos rasos, rios intermitentes e escassos recursos hídricos subterrâneos”... Cujas características “climáticas, pedológicas e hidrológicas constituem restrições para a utilização regular dos recursos hídricos” Montenegro (et al., 2012, p.04).

A cidade de São José do Egito (Figura 01), situada no sertão do Pajeú pernambucano se desenvolveu economicamente, sobretudo, através da agropecuária, do comércio e da avicultura de corte e de postura, além da agricultura de pequeno porte<sup>1</sup>. Este município, assim como muitos dos outros 114 do semiárido nordestino, vivencia situações de emergência relacionada à questão da ‘seca’ – o acesso às necessidades básicas da água se dá, sobretudo, através dos caminhões-pipa fornecidos pelo exército brasileiro e pelo armazenamento de água em cisternas de placa<sup>2</sup> no meio rural.

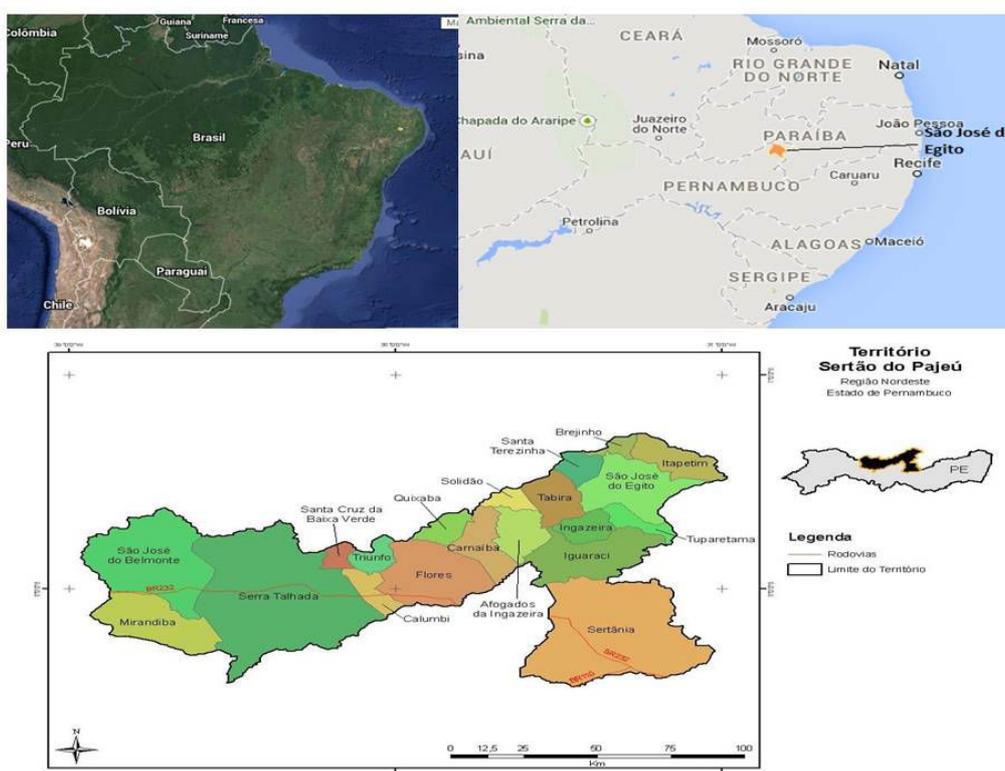


Figura 01: Localização de São José do Egito – PE.

Fonte: Base cartográfica IBGE 2006; Base Territorial SDT/MAD, 2009. Adaptado pela autora, 2015.

<sup>1</sup> Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

<sup>2</sup> Trata-se de uma das estratégias de Convivência com o Semiárido da Ong ASA – Articulação do Semiárido em que são construídas nas habitações rurais, espaços com capacidade de armazenar 16 bilhões de litros de água captadas pela água de chuva em que as cisternas se constituem como reservatórios de água para atender às necessidades básicas das famílias. É o P1 MC – Programa 1 Milhão e Cisternas desta organização em parceria com o governo federal.

Tradicionalmente as atividades agrícolas, assim como dos outros municípios do sertão do Pajeú são predominantemente desenvolvidas pelo cultivo do feijão, do milho e da mandioca em épocas de chuva, caracterizando-se como atividades de agricultura familiar de subsistência, porém como o período prolongado de estiagem o desenvolvimento destas atividades fica a espera de dias melhores e os agricultores rurais à mercê das políticas e programas considerados assistencialistas, como o Bolsa Família.

A gestão política de São José do Egito é mantida historicamente nas mãos de familiares de grandes donos de terra, os antigos coronéis ou fazendeiros, fator que até os dias atuais tornou-se responsável pelo estabelecimento de fortes relações de poder no trato com a política local e na apropriação dos recursos naturais existentes como água armazenada nos açudes e na única barragem do município.

De acordo com os Relatórios Analíticos do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, no semiárido nordestino, fatores como o estabelecimento das relações de poder na política local contribuem para o surgimento de conflitos por água na região. Estas considerações são encontradas nas entrevistas realizadas na pesquisa de campo através do estudo de caso que será apresentado no decorrer deste trabalho.

A existência dos conflitos socioambientais por acesso à água neste território está relacionada às assimetrias do poder no acesso e gestão dos recursos naturais existentes, o que afeta os grupos sociais com baixo poder de se fazer ouvir (Silva 2012, apud GEHLEN et al., 2012), em especial aos agricultores rurais.

Neste sentido se faz necessário entender as bases sócio-históricas que abarcam a formação deste território para se compreender os processos que tornaram naturalizadas as relações de poder existentes até os dias atuais assim como entender os conflitos por acesso à água.

### **A territorialidade do sertão do Pajeú no semiárido nordestino**

Reconhecer as características de heterogeneidade e homogeneidade de *real* é fundamental numa concepção renovadora e histórico-crítica do território e da territorialidade (SAQUET, 2007). Mas qual o sentido da territorialidade? Como ela é historicamente constituída? Para Andrade (1998, apud. MENDONÇA et al., 2012) a territorialidade é uma dimensão subjetiva que cria a consciência da participação das pessoas no território onde elas habitam. Nesta compreensão, a territorialidade possui o sentido de identidade com o lugar. No pensamento de Santos (et al., 2008),

... O sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* Esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação como destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem. (p. 19).

Para este autor, é necessário compreender que a territorialidade humana, na definição dos territórios, deve ser analisada de acordo com as diferenciações econômicas, políticas, sociais e até geográficas das regiões e

de acordo com o sentido de identidade e pertencimento entre o homem e o território usado. Isto implica que este processo é inerente à sociedade, independentemente do tipo de organização política, social, cultural e econômica. De acordo com PORTO-GONSALVES (2006), o que vai se diferenciar é a forma de apropriação do espaço e exploração dos recursos existentes nele, assim como a dinâmica das relações sociais estabelecidas.

Albagli (2004 apud. MENDONÇA, et al., 2013) sintetiza a noção de territorialidade defendendo que

O conceito de territorialidade refere-se, então, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. [...] A territorialidade reflete, então, o vivido territorial em toda a sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social. [...] É, portanto, também forma de ampliar o controle sobre um dado território [...] (p.28-30).

Deste modo, mesmo com a diversidade de sentidos, a territorialidade está relacionada frequentemente, ao conjunto de relações sociais e ao envolvimento das pessoas com o espaço, o que abarca uma dimensão material de apropriação, mas também dimensões simbólicas e de afetividade.

A análise de Andrade (2004) sobre a formação sócio-histórica de determinados territórios, evidencia a relevância do sentido da territorialidade, chamando a atenção para o processo de globalização da economia em que a importância das fronteiras políticas e a

soberania dos Estados diminuem. Nesse sentido,

A expressão territorialidade pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeita à sua gestão, como, ao mesmo tempo o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um território (ANDRADE, 2004, p. 20).

Na compreensão do processo de globalização da economia, se sobrepõe a territorialidade do capital sobre a territorialidade de populações locais, quando observada a materialidade do território. Dialogam nessa perspectiva a análise das diversidades regionais, a posição das localizações e os elementos da natureza e da sociedade (ANDRADE, 1963).

O Brasil possui uma vasta dimensão territorial e apresenta diferenciadas regiões tanto em relação às características climáticas quanto em relação ao próprio processo de formação e desenvolvimento de cada região. O país “nasceu voltado para o exterior ao contrário do que ocorreu com o velho mundo...” “onde muitos núcleos urbanos surgiram em função do atendimento das necessidades do meio rural, se contrapondo, às vezes, política e socialmente às estruturas deste meio rural...[...]” (ANDRADE, 1970, p.114). Assim, havia o espaço indiferenciado com a ausência de qualquer núcleo urbano quando os portugueses chegaram e os primeiros núcleos construídos se situaram no litoral, tendo como principal atividade econômica a portuária (ANDRADE, 1970), ficando as áreas de interior para segundo plano.

A territorialização no semiárido nordestino se iniciou no período colonial e se fundamentou a partir da distribuição desigual das terras com as

Capitanias Hereditárias (1534) e com o desenvolvimento da economia pecuária pelos grandes donos de terras.

Tal fato trouxe o povoamento e a formação de áreas de latifúndios e com isso as relações de poder foram exercidas a partir da formação das estruturas fundiárias de cunho autoritário, paternalista e clientelista na organização política e econômica da região, as quais ainda são possíveis de se identificar em pequenos municípios do sertão nordestino. Neste sentido, na formação socioeconômica do semiárido nordestino, houve uma forte presença do *coronelismo* e exclusão das massas rurais da estrutura fundiária através das relações de poder (FURTADO, 2007).

Essas relações demarcaram e ainda demarcam realidades de exploração e conservadorismo na vivência e dinamismo dos territórios do semiárido nordestino evidenciando-se nos processos de identidade das populações com os territórios e fazem parte dos determinantes estruturais dos conflitos, seja de ordem política, econômica ou de apropriação de recursos naturais nas localidades.

A cultura do *coronelismo* e com isso, relações patriarcais se tornaram processos naturalizados na história do semiárido nordestino. De acordo com alguns estudiosos o *coronelismo* teve início na República Velha (1889-1930) - (LEAL, 1976), porém essa é uma estrutura vigente que assume até os dias atuais características diferentes em várias regiões e se espelha nas origens e práticas de determinadas formas políticas do Brasil. Para Leal (1976), o *coronelismo* é “[...] resultado da superposição de formas do regime representativo à uma estrutura econômica e social inadequada [...]. É forma peculiar de manifestação do poder privado” (p.20).

Na formação sócio-histórica do sertão nordestino as formas de dominação se deram, e em muitos casos, ainda se dão, sobretudo, através do controle sobre os recursos naturais entre os grandes donos de terra e os pequenos agricultores ou moradores, ou seja, o controle se dava através do que se plantava, do que se produzia e sobre o acesso, a distributividade e disponibilidade da terra e da água.

Muitas foram as possibilidades de transformação da realidade da escassez hídrica para o semiárido nordestino: nos anos 50 do século passado, com criação da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, houve uma tentativa de alavancar o crescimento da região, apostando na intervenção estatal e em uma melhor gestão das verbas. Porém estas ações esbarraram no clientelismo entre governantes e latifundiários, o que impediu a melhor aplicação das verbas e a integração social do Nordeste (ALBUQUERQUE, 2011).

O Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS da SUDENE se destinava à construção de barragens para represamento de água para utilização em períodos de seca. Porém, muitas vezes, a construção se dava nas propriedades de grandes e médios fazendeiros, tornando-se barragens privadas que serviam, sobretudo, para a criação do gado dessas fazendas e marginalmente atendiam à implementação de pequenas “culturas de subsistência” de várzea, nas ribeiras das barragens. Também havia a perfuração de poços, que se assemelhava à mesma situação das barragens, mediante acordo com os grandes proprietários.

Desse modo, a intervenção estatal contra as secas, não só foi instrumento para exploração de mão-de-obra dos

pequenos sitiantes, meeiros, parceiros, através da construção das barragens em troca de alimentos – farinha, feijão, carne seca, como reforçou a manutenção do poder dos coronéis nas localidades com armazenamento e apropriação de água pelas barragens e permanência de suas produções nas fazendas. Para Oliveira (1977), “não foi ocasional o controle político do DNOCS que permaneceu durante décadas nas mãos dos políticos oligárquicos<sup>3</sup>” (p. 49).

A partir dos anos 90 do século passado, iniciaram-se algumas mudanças na denominação do semiárido. Os estudos desenvolvidos pelo Estado passaram a tentar compreender as razões dos processos de migrações entre as regiões rurais do sertão nordestino, sobretudo, com o advento dos inchaços das cidades maiores e abandono da área rural e a notoriedade de que ganhavam os movimentos sociais que colocavam e colocam em questão as contradições do crescimento econômico e social do semiárido e o acirramento das desigualdades sociais e da pobreza nas áreas rurais.

### **Os conflitos socioambientais por acesso à água e a crise hídrica**

Nos conflitos socioambientais normalmente estão englobadas coletividades em torno de bens difusos, com base em uma legislação que, por vezes, ainda é incipiente, entendendo que os conflitos socioambientais estão diretamente imbricados nas formas de organização política dos espaços. No

<sup>3</sup> De acordo com Freyre (1994, apud. BARBOSA, 2007), que trata do oligarquismo, neste regime, o poder é exercido sem o consentimento livremente expresso pelo povo, isto é, o povo aquiesce por meios “não legais”, tais como: tradição, violência, expectativa de favores; ou resignação ao status quo.

Estudo de Caso realizado, de 100% das entrevistas os conflitos socioambientais por acesso à água nas zonas rurais se evidenciam em 71% das respostas. Os sujeitos sociais são agricultores e agricultoras rurais, produtores de avicultura, proprietários de grandes e médias extensões de terras próximas às dos agricultores e também a gestão municipal, sobretudo, a Secretaria de Agricultura, Associação Comunitária da Comunidade do Retiro e IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco.

Deste modo, foram caracterizados com maior expressão quatro tipos de conflito: 1) Entre os agricultores e outros proprietários de terra – donos de açudes particulares, cujos conflitos são relacionados ao controle sobre o recurso natural água e aos impactos pelo uso da água (em termos de qualidade). Neste caso os objetos de confronto dos conflitos estão relacionados à desigualdade na distribuição, apropriação privada da água por parte dos proprietários e preocupação com a escassez por parte dos agricultores:

*“Teve um problema com um poço de uma terra privada, terra de um desembargador. Pedi para pegar água, mas não aceitaram, cercaram e botaram cadeado. Foi bom porque com pouco tempo secou. Se o açude público não enche a gente tava em mãos lençóis” (Entrevista n. 17 em 17/07/2014).*

*“Na seca mais ‘braba’ tudo aqui passava precisão de água, porque quem tinha água não dava a ninguém. Nós mandava buscar num poço que tem mais distante” (Entrevista n. 15 em 16/07/2014).*

Estes conflitos são de natureza latente, instaurados e eclodidos e evidenciam as fragmentações das relações, interesses e acesso à água, em que famílias e comunidades de agricultores percebem a água como uma dádiva divina e

gratuita, que escorre por vontade de Deus. Por isso “a água nunca pode ser negada; negá-la ou privatizá-la é apossar-se individualmente de uma dádiva comum a todas as pessoas e viventes, é apropriar-se de um recurso coletivo que indivíduos, famílias e comunidades têm direito de usar” (Ribeiro, et. al, 2003, p. 134).

2) Entre agricultores e Secretaria de Agricultura: os conflitos são relativos aos impactos ambientais diante dos problemas de falta de água, apropriação privada e indisponibilidade de água na área rural. A natureza desses conflitos é eclodida e latente:

*“Faltou água no período da seca. Tivemos que fazer reunião com o prefeito e vereador. Colocaram carro Pipa e cavaram as cisternas” (Entrevista, n.01, em 16/07/2014).*

3) Entre agricultores, Associação Rural e IPA: estes relativos aos impactos socioambientais, onde o objeto de confronto é a indisponibilidade do serviço de irrigação da barragem para as habitações, conseqüentemente, relativo à falta de água. Estes se apresentam como eclodido e latente, onde foram realizadas reuniões para exposição das inquietações. Neste caso o IPA e a Associação Rural seriam órgãos mediadores na resolução do conflito exposto:

*“Tivemos problemas com os granjeiros que queriam água para produzir, mas a pouca água que restava na barragem era só para o consumo das casas. Aí organizamos reuniões com o IPA, mas eles usaram até secar” (Entrevista n. 06 em 16/07/2014).*

Os conflitos elencados nos números 02 e 03 se referem a mobilizações feitas pelos sujeitos sociais envolvidos apoiados nos fundamentos do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH

(1997), a qual define que ‘em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais’. Nestas tipologias de conflitos percebe-se que ao passo em que são realizadas as mobilizações, a fim de resolução para os conflitos por água também se constrói a dimensão acerca da problemática hídrica e das possibilidades de reconhecimento do direito à água por parte dos agricultores e agricultoras rurais, sujeitos sociais centrais nesta questão.

4) Entre agricultores e produtores de avicultura: Estes são os conflitos que mais se expressam nos depoimentos, sendo relativos ao controle do recurso natural água existente por parte dos avicultores e aos impactos socioambientais que estes produtores realizaram produzindo também plantios de tomate em áreas próximas às águas da barragem do Retiro (em períodos de disponibilidade de água). O objeto de confronto refere-se à apropriação e distribuição desigual da água e à preocupação com a disponibilidade hídrica por parte dos agricultores. A natureza desses conflitos se mostrou como instaurados, latentes e eclodidos diante das reivindicações e protestos públicos ocorridos:

*“Tiraram água para as granjas da barragem aí do lado. Abriram as comportas para o plantio de tomate e tava estragando a água. Era terra arrendada. A água vinha da barragem para as casas, mas agora não vem mais” (Entrevista n. 02 em 16/07/2014).*

Sobre este tipo de conflito percebe-se que o acesso à água tem sido considerado pelas empresas como oportunidade de investimentos. Ao se privilegiar o valor econômico da água abre-se espaço para a privatização e a comercialização das fontes de água

(PETRELLA, 2000, apud. RIBEIRO et al., 2003, p. 134). Já para as populações rurais, pequenos consumidores, a água é compreendida numa perspectiva diferente (RIBEIRO, et al., 2003). Com a apropriação privada da água por parte dessas empresas, a destinação do recurso, cujo objetivo é atender as necessidades dos habitantes rurais, acaba por ter outra finalidade, a do lucro.

Neste sentido, ao se analisar os conflitos socioambientais por água compreendem-se as contradições inerentes ao atual modelo de desenvolvimento econômico neoliberal na apropriação dos territórios onde emergem contraditórias relações ligadas à questão socioambiental com o uso e apropriação dos recursos da natureza. Segundo ACSERALD (2010),

Os conflitos ambientais eclodem quando a legitimidade de certas formas de apropriação do espaço é contestada sob a alegação da ocorrência de efeitos interativos indesejados de uma prática espacial sobre outras. Denuncia-se, assim, a ausência ou a quebra de compatibilidade entre certas práticas espaciais, colocando-se em questão a forma de distribuição do poder sobre os recursos do território (p.01).

Entendem-se como conflitos socioambientais, aqueles conflitos sociais relacionados ao modo de apropriação e uso dos elementos da natureza envolvendo relações de poder onde os sujeitos envolvidos constroem uma “dimensão ambiental” para suas lutas ACSERALD (1995, apud. GEHLEN, et al., 2011, p. 75).

ACSELRAD (2010) entende que nos conflitos socioambientais se deparam grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo

menos um dos grupos tem ameaçada a continuidade de suas formas de apropriação, por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – em decorrência do exercício das práticas de outros grupos.

A noção de conflitos socioambientais está imbricada na análise do acesso e uso desigual dos recursos naturais dos territórios, assim como também na distribuição dos impactos ambientais entre as classes sociais e suas relações estabelecidas. A percepção desses conflitos pode não ser sentida de maneira direta pelos grupos, pois existem conflitos de interesse que não são explícitos. Os conflitos socioambientais se explicitam quando determinada comunidade percebe os laços entre os danos causados ao meio ambiente e a ação de certos agentes sociais (Scotto; Vianna, 1997, apud. MENDONÇA, et al., 2012).

A existência dos conflitos socioambientais por acesso à água no rural de São José do Egito é resultante das diferenciadas formas de apropriação do recurso natural água. Este processo e seus rebatimentos estão imbricados no que se denomina atualmente de crise hídrica, que se apresenta em diversas escalas, seja em nível local, regional, nacional ou internacional. Esta geralmente é compreendida como uma coleção de crises localizadas territorialmente relacionadas ao acesso, à disponibilidade ou à degradação das fontes hídricas, e cuja solução exige uma política global (LALL et al., 2008, apud. VILLAR, 2012, p. 32).

No início deste século, onde algumas regiões do planeta enfrentam severos problemas com a falta d'água, muitos autores defendem que o problema da água não está relacionado à sua escassez, mas à disponibilidade dos recursos hídricos (CAMDESSUS et al.,

2005, p.138), sendo necessário discutir acerca da chamada 'exclusão hídrica', relacionada a problemas de dificuldades institucionais e de gestão (ONU, 2006).

Esse processo guiado pela globalização atinge o rural, cada vez mais como parte da dinâmica da espacialidade do capitalismo contemporâneo, em que a água é um elemento vital para o desenvolvimento do rural, sobretudo, para o desenvolvimento das atividades relativas à pequena agricultura. No entanto, as formas diferenciadas de distributividade e apropriação, contribuem para a questão da crise hídrica e processos de exclusão, vulnerabilidade e também processos de eclosão de conflitos.

O termo crise hídrica compreende um conjunto de crises territorialmente localizadas vinculadas ao acesso à água potável, à disponibilidade de reservas hídricas ou à sua degradação (LALL et al., 2008, apud. VILLAR, 2014 p. 196). Para VILLAR (2014) essas três dimensões se definem como: 1. A crise dos excluídos hídricos como um produto do mito da sociedade industrial desenvolvida em que os setores produtivos e o crescimento econômico não cumpriram sua promessa de levar prosperidade a todos. 2. Crise da poluição como resultante das externalidades negativas do processo produtivo, em que a crise de degradação da água refere-se a um processo ou situação de depreciação na qualidade ou quantidade dos recursos hídricos provocado pela ação do homem, por meio da modificação de fatores climáticos ou ambientais, pela poluição ou ainda pelo uso insustentável dos recursos hídricos. E finalmente: 3. A Crise de esgotamento ou escassez dos recursos naturais, diretamente relacionada à disponibilidade e à utilização da água.

Em muitos casos as diferenciadas regiões brasileiras acabam por vivenciar essas três dimensões, em particular as regiões rurais do semiárido nordestino, diante dos processos sociais nas dinâmicas da política, economia e cultural de que vem sendo vitimadas historicamente. É importante lembrar que a crise da falta d'água tem uma forte relação com a ausência de gestão de recursos hídricos, especialmente quanto às relações de poder que se estabelecem nos territórios e se dão entre as decisões institucionais (Zhou, 2005).

Estes processos sociais culminam em problemas de escassez de água ou de distributividade hídrica no semiárido brasileiro estão diretamente relacionados às formas, ou melhor, à ineficiência e ineficácia da gestão dos recursos hídricos nos municípios e são resultantes, assim como tantos outros problemas, de processos estruturais iniciados a partir de colonização e formação desta região. Seus rebatimentos atingem diretamente àqueles que mais precisam de água para viver: os agricultores e agricultoras familiares que nascem e crescem na terra e dela retiram o seu 'sustento'.

Por isso não é possível compreender a dinâmica da realidade atual da falta d'água, ou melhor, da indisponibilidade hídrica e dos poucos investimentos nas pequenas 'culturas de plantação' dos territórios rurais sertanejos sem considerar as formas dadas historicamente à intervenção governamental quanto ao 'fenômeno da seca', sendo estas formas decisivas para a formação socioeconômica e distribuição dos recursos, em específico, do recurso natural água.

Este movimento é paradoxal ao promover, concomitantemente, "a territorialização, desterritorialização e

reterritorialização de diferentes relações sociais” Fernandes (2004, p. 02). Daí decorre a existência das relações de poder através daqueles que possuem maiores capacidades de se fazer ouvir, ou seja, aqueles que possuem influência política ou econômica na região. Neste processo, apresenta-se a percepção acerca da apropriação privada do recurso natural água: para os donos de terra que possuem maiores armazenamentos de água em suas propriedades, ou seja, aqueles que possuem açudes ou poços artesianos, em períodos de maior estiagem, têm a percepção de que a apropriação deve ser individualizada, mesmo que se trate de obras públicas como a barragem do município que se tornou o principal instrumento de conflito entre avicultores donos de terra e pequenos agricultores em períodos de maior emergência por água<sup>4</sup>.

Tal fato mostra que de acordo com a trama das relações sociais existentes entre estes distintos grupos, é apresentado, a partir da percepção além do real colocado, o jogo existente nas relações de poder entre aqueles grupos que possuem maiores capacidades técnicas para as suas produções, no caso os avicultores que em geral, possuem maiores propriedades de terra ou influência nas instâncias políticas e econômicas do município e entre os pequenos agricultores rurais, que dependem da água de chuva para plantar suas culturas tradicionais – milho, feijão, mandioca e da

disponibilidade de água para criar os seus rebanhos.

Por outro lado, de acordo com ACSERALD (2005), é na configuração dos conflitos que os sujeitos constroem uma “dimensão ambiental” para as suas lutas, onde as contradições do modo de apropriação da natureza e produção do espaço são denunciadas com a demonstração das vítimas das injustiças ambientais que são excluídas do chamado “desenvolvimento” e que assumem todo o ônus dele resultante.

Nesta perspectiva, o outro movimento relacionado aos conflitos por água em São José do Egito, está relacionado ao entendimento de que, ao mesmo tempo em que se apresentam as relações de poder nesta realidade, identificam-se as formas de percepção e identidade com o lugar, em que os sujeitos sociais, os agricultores possuem uma tomada de consciência da realidade que vivenciam acerca da problemática da água e expõem a sua perspectiva sobre o problema.

Deste modo, identificados os conflitos socioambientais por acesso à água, estes devem ser considerados como elementos cruciais para a construção da cidadania e da justiça ambiental no momento em que é atribuído ao meio ambiente um caráter público e comum aos grupos sociais e evidenciadas as injustiças sociais, as quais precisam ser pensadas a partir das políticas públicas.

A percepção acerca dos conflitos por água por parte dos agricultores rurais na realidade estudada se dá através da ideia de que a água existe para o uso coletivo da comunidade, o que vai de encontro aos interesses dos avicultores da região que necessitam de maiores quantidades de água para as suas produções e também em encontro aos interesses dos maiores

<sup>4</sup> Além de evidenciado na pesquisa de campo, trata-se de fatos explorados nas informações retiradas do vídeo: <<http://www.youtube.com/watch?v=HG-V9xpaDe0>>. Título: Manifestação contra a retirada irregular de água da barragem do Cascudo. Publicação: 18 de Abril, 2012. Acesso em 29 de outubro 2012.

proprietários de terra que se apropriam da água de forma individualizada.

Deste modo, os conflitos socioambientais por acesso à água em São José do Egito são considerados conforme Little (2003 apud. BARROS, et al., 2014), conflitos em torno do controle sobre o recurso natural água e em torno dos valores construídos pelos agricultores em relação à natureza, sobretudo, em relação às formas tradicionais de uso e apropriação da água. Estes valores estão imbricados nos modos de vida dos sertanejos envolvendo as relações sociais e a relação com a natureza e o núcleo central dos conflitos reside no fato de que a produção da avicultura por parte dos detentores do poder na economia e política local (os *ex-coronéis*) vem a alterar a dinâmica da sociabilidade no rural assim como comprometer as necessidades básicas por água como o consumo, a criação de animais, e de um modo geral, a agricultura tradicional, diante da situação de escassez de recursos hídricos.

### Considerações

Há de se considerar que no Brasil, desde seu processo de formação algumas regiões se desenvolveram mais rapidamente em detrimento de outras, sobretudo as regiões que apresentavam maiores distâncias dos portos e condições climáticas desfavoráveis ao 'desenvolvimento' como no caso da região semiárida.

Diante do crescimento das desigualdades sociais nesta região, poucas foram as iniciativas do Estado para a resolução do problema da 'seca', questão que foi e segue sustentada por políticas e programas sociais que na maioria das vezes, só reproduzem o poder das oligarquias locais e de nada

alteram o cenário da escassez de recursos hídricos, visto da ineficiência e ineficácia para implementação das políticas hídricas.

Percebe-se que diante da crise hídrica que vivencia a sociedade global, as particularidades da realidade estudada possuem outros determinantes os quais vão além da falta de investimentos públicos. Estão impregnadas nesta realidade, diferenciadas percepções acerca do uso da água. Trata-se de valores coletivos, onde a água é tida como de direito de todos, versos princípios individualizados no uso do recurso natural água. Estes últimos, como resultante da naturalização das relações de poder oriundas desde o processo de formação do território.

Deste modo é evidente que entre as formas de produção do espaço se desenvolve com mais facilidade a avicultura, visto da apropriação privada do recurso natural água, em detrimento disso alteram-se as formas de desenvolvimento da cultura da pequena agricultura local.

Considera-se como resultante desta pesquisa que ao passo que identificam a existência dos conflitos, os sujeitos sociais envolvidos também constroem o processo de tomada de consciência de suas realidades denunciando aos órgãos públicos e se organizando coletivamente nas comunidades para buscar soluções para o problema da falta e distributividade de água.

## Referências

ACSELRAD, H. **Apresentação**. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, B. A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

\_\_\_\_\_. **Mediação e Negociação de Conflitos Socioambientais**. 1ª Palestra: IX Encontro Temático da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Brasília, 2010.

ANDRADE, M. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; São Paulo, 2. Ed. 2004.

\_\_\_\_\_. **Nordeste, Espaço e Tempo**. Rio de Janeiro: Vozes; Rio de Janeiro, 1970.

ALBUQUERQUE, A. **As Políticas de Desenvolvimento Econômico e Social para o Semiárido durante o Regime Militar (1964-1985)**. Dissertação de mestrado em História. UFPE, 2011, Recife-PE. 128, p.

BARROS, A. SILVEIRA, K. CANDIDO, G. **Conflitos socioambientais e participação social: uma análise das estratégias sociais de mediação e resolução de conflitos de comunidades rurais no complexo industrial portuário de SUAPE**. In: GEHLEN, V. CHAVES, H. OLIVEIRA, G. Instrumentalização do território: o peso dos fatores estruturais nas fragmentações das políticas públicas territorializadas. Ed. UFPE, Recife, 2014, p- 179 à 193.

CAMDESSUS, M. **Água: oito milhões de mortos por ano: um escândalo mundial**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2005.

FERNANDES, B. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Seminário Lincoln Institute of Land Policy, Harvard University. Abril, 2004.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: companhia das letras, 34. ed. 2007

GEHLEN, V. RAIMUNDO, V. **Tecendo a trama do território: terra, trabalho e questão socioambiental**. Ed. Universitária, UFPE, Recife, 2011.

\_\_\_\_\_, V. LAINÉ, P. **Costurando com fios invisíveis: a fragmentação do território rural**. Ed. Universitária, UFPE, Recife, 2012.

LEAL, V. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 3ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

MENDONÇA, E. GEHLEN, V. RAIMUNDO, V. **conflitos socioambientais: territorialidades em tensão**. In: SILVA, T. GEHLEN, V. Conflitos socioambientais em Pernambuco. Ed. Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2013, p- 220.

\_\_\_\_\_, E. SANTOS, C. CARVALHO, F. **Saúde ambiental e conflitos socioambientais: um estudo na charneca-Cabo de Santo Agostinho-PE**. In: GEHLEN, V. LAINÉ, P. Costurando com fios invisíveis: a fragmentação do território rural. Ed. Universitária, UFPE, Recife: 2012, p. 259-272.

MONTENEGRO, A. MONTENEGRO, S. **Olhares sobre as políticas públicas de recursos hídricos para o semiárido**. In: GHEYI, H. PAZ, V. MEDEIROS, S. GALVÃO, C. Recursos hídricos em regiões semiáridas: Estudos e aplicações. Campina Grande, PB: Instituto Nacional do Semiárido, Cruz das Almas, BA: UFRB, 2012, 258 p. ISBN 978-85-64265-03-5.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

PORTO-GONÇALVES, C. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

RIBEIRO, E. GALIZONI, F. **Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale de Jequitinhonha, Minas Gerais**. Ambiente & Sociedade - Vol. V - no 2 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003.

VILLAR, P. **A busca pela governança dos aquíferos transfronteiriços e o caso do aquífero guarani**. Tese de doutorado em ciência ambiental, USP, São Paulo, 2012, P-261.

\_\_\_\_\_. **Crise hídrica, conflitos rurais e o direito humano à água**. In: GEHLEN, V. CHAVES, H. OLIVEIRA, G. Instrumentalização do território: o peso dos fatores estruturais nas fragmentações das políticas públicas territorializadas. Ed. UFPE, 2014.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, B. **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.